

Marcha lenta da Receita dá prejuízos a empresários

A morosidade dos servidores da Receita Federal em Mato Grosso tem feito com que empresários importadores de mercadorias amarguem prejuízos. O prejuízo chega a R\$ 15 mil por operação, já que a demora dos servidores para liberar mercadorias força os empresários a gastarem mais com armazenagem nos portos de importação e exportação. A informação foi revelada pelo economista Vitor Gaesso e confirmada pela reportagem do Estadão Mato Grosso com alguns empresários. Já o sindicato que representa a categoria alega que há poucos servidores para atender a demanda

PÁG. 8



Divulgação/Receita Federal



Gilberto Leite

VLT ou BRT: Emanuel promove debate técnico sobre modais

O Município de Cuiabá vai debater as vantagens e desvantagens do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e também do Ônibus de Trânsito Rápido (BRT, sigla em inglês) no dia 7 de julho, na Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM). O anúncio foi feito pelo prefeito da capital, Emanuel Pinheiro (MDB). Ele afirmou que a conferência terá participação do pre-

sidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (União Brasil), que deve defender a implantação do VLT. Emanuel também convidou o governador Mauro Mendes (UB) a participar do evento para defender o BRT, e garantiu que o evento será pautado pela técnica, em tom respeitoso, sem vaia e indisciplinas

PÁG. 6

80% dos mortos por covid em MT não completaram esquema vacinal



Gilberto Leite

O aumento do número de casos por covid-19 em Mato Grosso trouxe preocupação nas últimas semanas, principalmente com o registro de mortes voltando a ser diário. Apesar disso, os casos fatais não acompanham o mesmo crescimento verificado nos casos confirmados. O controle sobre isso se dá graças à campanha de vacinação, que inibe casos mais graves da doença. Nos cinco primeiros meses do ano, 80% das mortes foram de pacientes sem vacinação, ou com o esquema vacinal incompleto. A informação é da Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT). Esses dados reforçam a importância da continuidade da imunização. Dados do Consórcio de Veículos de Imprensa apontam que cerca de 26% da população está com o esquema vacinal completo em MT

PÁG. 6

Juiz mantém cassação de Abílio

O juiz da 4ª Vara Especializada da Fazenda Pública de Cuiabá, Gerardo Humberto Alves Silva Junior, revogou a decisão judicial que suspendeu os atos que levaram à perda do mandato do ex-vereador por Cuiabá Abílio Júnior e, consequentemente, o reconduziram ao cargo. Abílio foi cassado pela Câmara de Vereadores de Cuiabá por quebra de decoro parlamentar. Em sentença publicada nesta semana, o juiz cita que a Constituição Federal estabelece que os Poderes Constituídos são independentes entre si e, por isso, não caberia uma interferência do Judiciário em um julgamento político do Poder Legislativo

PÁG. 3

Taxa de lixo é obrigatória para todos os municípios, diz AMM



Gilberto Leite

O presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Neurilan Fraga, destacou que os prefeitos poderão ser penalizados caso não realizem a cobrança da taxa de lixo. A discussão sobre o tema ganhou destaque após o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), ter encaminhado um projeto de lei em que pede autorização do Legislativo para realizar a cobrança. A medida está prevista na Lei Federal nº 14.026/2020, que atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico. Segundo o presidente da AMM, cerca de 70% das cidades de Mato Grosso já começaram a cobrar dos munícipes. Os demais prefeitos precisam aderir à nova regra até o final de 2022, ou podem ser responsabilizados por improbidade administrativa

PÁG. 6



Gilberto Leite

Preço da cesta cai em Cuiabá

A cesta básica voltou a custar menos de R\$ 700 em Mato Grosso, conforme o último levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa da Fecomércio (IPF-MT). O valor da cesta, composta por 13 alimentos suficientes para alimentar uma família de 3 a 4 pessoas, apresentou uma redução de R\$ 4,39, chegando a R\$ 695,63. A queda registrada nessa semana foi puxada pelos preços do tomate e batata

PÁG. 7

EDITORIAL

Populismo pouco é bobagem

O avanço da maré eleitoral no governo federal irá agravar ainda mais a bomba fiscal que está sendo deixada para quem assumir o Palácio do Planalto no próximo ano. A medida em que encolhe nas pesquisas de intenção de voto, o presidente Jair Bolsonaro e sua equipe aumentam o leque de programas populistas, na tentativa de recuperar o prestígio de outrora. Agora, já se fala em uma bolsa diesel de R\$ 1 mil para os caminhoneiros, além de aumentar o para R\$ 600 o valor pago aos beneficiários do Auxílio Brasil.

Para viabilizar seu mais novo pacote de bondades, o governo pretende voltar atrás no compromisso que fez com os Estados para compensar as perdas com a redução do ICMS sobre o óleo diesel. A PEC que permitiria essa compensação chegou a ser anunciada por Bolsonaro. No entanto, a compensação aos Estados não dá tantos votos quanto a 'bolsa diesel' e o Auxílio Brasil.

O governo deve gastar cerca de R\$ 27 bilhões para colocar em prática mais essa medida populista. Desse total, R\$ 21 bilhões serão usados apenas para turbinar o Auxílio

Brasil, o antigo Bolsa Família, que era alvo constante das críticas de Bolsonaro na época em que ele era deputado federal. Agora, porém, o programa é visto como uma possível tábua de salvação para resgatar os pontos perdidos nas sondagens eleitorais.

Aliados de Bolsonaro veem a 'turbinada' do Auxílio Brasil como uma medida urgente e querem garantir que o novo valor comece a ser pago ainda em julho, se estendendo até o final do ano. Para isso, já pensam em formas de contornar a legislação eleitoral, que impede a criação e ampliação de programas sociais em ano de eleições. A gambiarra da vez é decretar um estado de emergência ou de calamidade, o que deve ser feito por meio

de uma emenda à PEC que já tramita no Senado.

O risco diante dessa sucessão de medidas eleitoreiras é o retorno do populismo sistêmico que vivemos durante vários anos em gestões passadas, e que foram responsáveis por afundar o Brasil em uma crise econômica descomunal, que hoje é tratada como 'a década perdida'. Os ataques ao arcabouço fiscal do país deixarão suas marcas mais evidentes a partir do próximo, quando chegar a fatura do crescente déficit fiscal, atrelada a crescimento pífio da economia brasileira e à inflação que, ao que tudo indica, continuará próxima à casa de 10%.

O Brasil já tem problemas demais para lidar, mas

Ausência da Esgrima

Lourenbergue Alves (*)

Houve uma época, lá na antiga Antenas, que Ágora servia de local para discussão, para o embate de ideias e de posicionamentos políticos. Tudo, ou melhor, quase tudo inflamava os debates. Esgrimistas de relevo. Ainda que movidos pela retórica, e pelos ensinamentos de muitos sofistas, entre os quais, um de seus maiores, Górgias. Séculos se passaram. Restaram apenas os registros desse período. Registros, no entanto, pouco visitados, a despeito dos instrumentos existentes para tal. Talvez, e por que não, o plenário dos Parlamentos faz lembrar-se do que fora Ágora. Plenário por onde passaram vários oradores, estadistas por certo. Mas, também, este momento se foi. Esvaiu-se. Tocado pelo redemoinho violentador. Ou, quem sabem, pelo minuano, que arrasta o que se vê pela frente, e o joga no sótão. Transformado em pretérito, cujas águas não escorrem mais pelos leitos de agora. Enfraqueceu, então, a esgrima política. Pauperizou a peleja com

as palavras. Até a representação se fez dilacerada. Opaca por demais.

Infelizmente, o representante eleito hoje em dia se perde entre o riacho da mediocridade, afogado dia e noite, noite e dia, na ressaca da incompetência. E, assim, o plenário – lugar apropriado para as discussões – se esvazia por completo, mesmo que esteja povoado, pois lhe falta exatamente o oxigênio de que precisa para existir, e existe para não existir. Todos perdem. Bem mais o viver democrático, que se sente empobrecido, cabisbaixo e arreado. Nada parece levantar o astral. Nem adiantaria tentar, uma vez que tal tentativa sempre será em vão. Afinal, parlamentar algum, em quaisquer dos parlamentos do país, tem na cartola um coelho, e mesmo se a tivesse não saberia o que fazer com o que saísse dela. Ficaria como sempre esteve perdido em pleno santuário do debate. Santuário, ora solitário, apesar da suntuosidade. Bastante distinto do que se tinha em meados dos anos 1950. Erguido, por exemplo, no coração da Capital ma-

to-grossense, e sufocado por vozes que ecoavam em seu curto espaço, o qual era palmilhado por trinta deputados estaduais, de diferenciado expecto político. Ainda que em sua maioria, óbvio, predominasse o conservadorismo, espremido e, por vezes, em sinuca de bico, proporcionado por dois ou três representantes da esquerda. Quase sempre sob a bandeira do velho PTB. Partido que serviu de trampolim para muitos com tendência esquerdista. Debates aconteciam. Oposicionistas e situacionistas se pegavam. Pouquíssimos deles não sabiam a arte da esgrima. As atas das sessões são ricas nesta direção. Dão a mostra do que de fato ocorriam naquele acanhado e improvisado plenário em um edifício engravado à meia altura da Getúlio Vargas. Enche os olhos de quem se atreve a folheá-las.

Ao contrário do que se tem hoje. Debate nenhum, ideia nenhuma. Pois não se pode exigir coisa alguma de quem nada tem para oferecer. Não se pode, ou melhor, não se deve cobrar o uso da esgrima de quem jamais se fizera uso dela. Situação preo-

cupante. Preocupa-se muito mais quando se percebe que essa situação se repete em outros palcos-parlamento, e, igualmente, nos seus maiores, o do Senado e o da Câmara Federal. Senador algum de hoje se compara com a maestria do mineiro Camilo Nogueira da Gama, nem do gaúcho Daniel Krieger, que eram medianos, não os maiores, e, sequer, iguala-se aos mato-grossenses Mario Motta e Paulino Lopes da Costa – que se situavam nos corredores periféricos, e não da sala de estar da Câmara Alta. Há, hoje, uma pobreza reinante, tornando o ambiente monótono, enfadonho. Despachantes de emendas. Contam, inclusive, com a emenda do relator. É uma aberração. Substituta da discussão, do embate de ideias, de projetos. Penalizando o eleitorado. Pobre país! É isto.

LOUREMBERGUE ALVES é professor universitário e estudioso do jogo político.



Olhares a assediar

Rosana Leite (*)

O mundo passa por sensíveis e importantes mudanças. Visível na atualidade é a compreensão de que o aceitável outrora, hoje pode se constituir em crime.

Os olhares insistentes machucam os corpos, principalmente das mulheres.

Elas passaram por muitas situações e tiveram que se esconder atrás do 'véu' que a tudo escondia. Chegar em determinado local e encontrar pessoas que feriam, e muitas vezes com a obrigação de retorno, era realidade.

Era comum ouvir que algumas mulheres evitavam cumprimentar ou se aproximar de homens que a abraçavam com veemência, ou que as beijavam no rosto com a malícia de se aproximar da boca. Elas preferiam evitar, pois, era mais fácil.

Os assédios que aconteciam antigamente, além de as ferir e adoecer, eram como uma 'obrigação' a serem toleradas por elas. As repetições corriqueiras também deixavam marcas. "Ele é assim

mesmo" "Foi a forma que ele foi criado". "Ela precisa entender que é a natureza do homem" "Não há nada a fazer, pois os homens são assim" "Ela que não dê motivo para o assédio..."

Elas sentiam 'asco', mas evitavam criar imbróglios. Se constituía em mais fácil a praticidade de impedir fadigas, com o silêncio. No ambiente de trabalho muitas situações eram vivenciadas e enfrentadas por conta do assédio. Nas ruas, dantes trocavam-se as vestes para impedir a ocorrência dos delitos contra a dignidade sexual.

E se mesmo com todo o 'cuidado' sofriam assédios, recebiam a culpa por alguma atitude.

Atualmente se perfaz em inconcebível os ataques sofridos a título de assédio. As exposições são múltiplas, ainda bem. E a procura por dias melhores, narrando os fatos às autoridades tem crescido. É crime, e pronto! Tem sido aberto para a sociedade alguns episódios criminosos que elas enfrentaram, ou, ainda, enfrentam.

A indignação é geral, não havendo outra reação. As explicações inexplicáveis dadas por muitos é de que nasceram e foram criados em outra época. Se antes era possível, segundo alguns homens, é difícil mudar concepções aprendidas e vivenciadas como corretas. A realidade das vivências é a mudança para melhor, a cada dia. Justamente por esse motivo os direitos humanos já conquistados não podem retroceder.

Dias atrás foi apresentado projeto de lei semelhante ao que já existe na Europa quanto ao olhar. Recebeu o número 1.314/2022 a possível modificação do Código Penal Brasileiro para incluir como crime os olhares fixos com conotação sexual. Por óbvio, existem diversas formas de constrangimentos e cometimentos de delitos contra a dignidade sexual.

A visão é um sentido que não pode ser ignorado. 'Olhares que despem' com fixação, podem e devem ser compreendidos como invasão do respectivo corpo. E se a liberdade é premissa, toda e qualquer forma

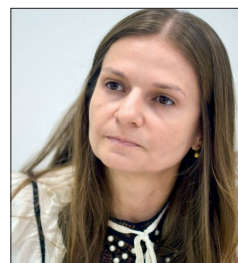
de assediar deve ser punida.

O questionamento sempre será o mesmo: como provar que determinado olhar é invasivo e assediador? E como não provar? E como continuar sendo praticamente 'obrigada' a aceitar situações ofensivas e maliciosas diariamente?

Então, não se pode nem olhar atualmente? Como viver assim, dirão os contumazes agressores? Até onde se pode tolerar? O que é lícito e possível? E o que é ilícito? As reflexões são necessárias. As perguntas somente acontecem se existe dúvida. E se há dúvida, algo de errado está acontecendo.

Agir naturalmente e licitamente não pressupõe o cometimento de delito. Simples, assim! Mimimi, frescura, excesso de zelo, ou qualquer outra denominação não existirá agindo legalmente. Se dúvida, até no olhar, crime terá.

ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS é defensora pública estadual.



Crianças sem smartphone

Maria Augusta Ribeiro (*)

Você deixa seus filhos menores de 8 anos ter acesso a um smartphone? E tablets? Sabia que isso pode acarretar problemas de desenvolvimento, contribuir para que tenha um QI menor que ao dos pais e ainda expor uma criança a crimes digitais.

Mas as crianças não são nativas digitais? Se a tecnologia é para todos, porque não devemos dar um celular para quem nasceu em tempos de telas para todo lado? "Nativo digital" é apenas um termo, mas o cérebro

de uma criança de hoje é fisicamente igual a de 100 anos atrás, então pare com esta bobeira.

QI menor que o dos pais:

Há uma infinidade de estudos sólidos que dizem que uma criança em formação exposta a uma tela, mesmo que em doses pequenas, está sujeita a ter problemas de desenvolvimento cerebral, de fala, déficit de atenção, atrasos cognitivos, distúrbios de aprendizado, aumento de impulsividade e diminuição da habilidade de regulação própria das emoções.

Já imaginou um pequeno que não consegue se comunicar com os outros, que não consegue ficar um minuto sem olhar para uma tela e ainda que não vai conseguir aprender?

De acordo com o neurocientista Michel Desmurget, diretor de pesquisa do Instituto Nacional de Saúde da França e autor do livro "Fábrica de Cretinos Digitais", que recomendando leitura, diz que as telas estão produzindo pessoas com QI menores que a de seus pais em razão de toda atividade cotidiana de uma criança nos dias de hoje está ligada a uma tela.

Fotos Íntimas e Pedofilia:

Nos últimos anos, um dos crimes sexuais mais praticados em todo o mundo contra menores é a pedofilia via digital. Muito porque os pais não veem mal algum em publicar fotos dos filhos de biquíni, sem camisa ou mesmo sem roupa quando são bebês.

Expor uma criança em fotos com pouca roupa, não só vai atrair pedófilos, mesmo que seu perfil seja privado, como causar constrangimento no futuro.

E pasmem, com a normalidade de se fazer post muitas crianças também fazem fotos íntimas dos pais sem eles perceberem e publicam na internet, com a ingenuidade de que tudo precisa ser compartilhado.

Estimulo ao Vício:

Você sabia que seu comportamento diante das telas pode estimular o vício em tecnologia nos pequenos? Não é incomum conhecer alguém que somente se comunicam com os filhos pelos WhatsApp, ou

mesmo acredita que dar uma tela na mão de uma criança vai funcionar como uma chupeta ou uma baba.

Há estudos de diversas partes do mundo ligando diretamente a utilização excessiva de tecnologia a uma série de distúrbios emocionais. Entre os mais citados pelos pesquisadores estão depressão infantil, ansiedade, transtorno bipolar, psicose e comportamento problemático.

Crianças tendem a repetir comportamentos dos adultos e de personagens que consideram referências. Logo, a exposição as telas podem gerar vício em jogos, consumo e comportamentos agressivos.

A tecnologia é uma ferramenta maravilhosa, mas precisa continuar sendo apenas ferramenta, os pais estão entendendo que ela é um brinquedo e dando na mão das crianças e isso é perigoso.

Este artigo não tem intenção de julgar ninguém, apenas orientar porque muitos entendem que se vivemos em tempos digitais dar um smartphone na mão de uma criança parece ser a saída.

O que as crianças de hoje precisam voltar a fazer é brincar, viver o ócio e de ter tempo de qualidade com a família sem a interação de uma tela na mão. Somente criamos memória quando temos experiências reais. Pense nisso!

MARIA AUGUSTA RIBEIRO é especialista em Netnografia e Comportamento Digital.



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

TETO DE ICMS

Senador garante que Congresso irá debater uma solução para evitar prejuízos bilionários aos Estados; MT calcula perda de R\$ 1 bilhão por ano

Veto a compensação será revisto

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá**Da redação**

O senador Wellington Fagundes (PL) afirmou na sexta-feira, 24 de junho, que o Congresso Nacional terá a oportunidade de discutir os pontos que foram vetados pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) durante a sanção da Lei Complementar nº 194, que estabelece um teto de cobrança do ICMS sobre os combustíveis em todo o país. A nova lei foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União de quinta-feira, 23.

A Lei Complementar nº 194 limita a 17% o ICMS sobre os combustíveis, energia elé-

trica, comunicações e o transporte coletivo. Em Mato Grosso, esse 'teto de imposto' só afetará o ICMS incidente sobre a gasolina, que está em 23% atualmente - a menor alíquota no país.

Bolsonaro também vetou trechos do projeto que previam compensação aos Estados pelas perdas que devem sofrer na arrecadação de impostos, devido à limitação imposta pela União. Segundo Fagundes, alguns trechos do projeto foram suspensos porque foi criado um novo encargo para a União.

"Ao vetar algumas regras contidas no PLP 18, que busca frear ao consumidor o impacto da inflação em produtos considerados essenciais como combustíveis, energia, transporte coletivo e comunicações, é porque foi criado um subsídio federal para a União pagar em cima desses produtos, ou seja, um novo encargo para a União", explicou.

Fagundes cita que apesar dos cortes feitos no projeto aprovado pelo Congresso, o presidente manteve a compensação aos estados que perderem mais de 5% da arrecadação com a redução da alíquota do ICMS. No entanto, essa compensação será temporária.

"O Congresso Nacional, em breve, terá oportunidade de rever esse tema, na análise do veto, e chegar a uma solução que não penalize nenhuma das partes, especialmente os governos estaduais e também os municípios, que têm suas responsabilidades com obras e serviços", comentou.

"Vamos buscar o equilíbrio necessário e chegar a um consenso. Importante ressaltar que tanto o Congresso como o Governo trabalham para se buscar uma solução para os graves efeitos da inflação sobre o orçamento das famílias. Conforme

a sanção presidencial, caberá ao Ministério da Economia regulamentar, por decreto, como será feita essa compensação", complementou.

PREJUÍZOS - O governo do Estado já manifestou que a proposta pode trazer perdas financeiras. Enquanto a matéria estava sendo discutida, o secretário-chefe da Casa Civil, Rogério Gallo, disse que a ação é importante para aliviar o bolso do cidadão, mas precisa ser pautada de forma técnica e com garantia de que chegará ao consumidor na forma de redução de preço.

Gallo estima que o projeto que fixa teto para o ICMS fará com que o Estado deixe de arrecadar cerca de R\$ 1 bilhão ao ano. Isso porque, conforme o secretário explicou, a maior parte das reduções aprovadas pelo Congresso já estavam em vigor em Mato Grosso desde o início do ano.



Fagundes afirma que apesar do veto, presidente manteve essência do projeto, que busca reduzir preços dos combustíveis

QUEBRA DE DECORO

Juiz muda decisão e mantém cassação de Abílio

Da redação

O juiz da 4ª Vara Especializada da Fazenda Pública de Cuiabá, Gerardo Humberto Alves Silva Junior, revogou a decisão judicial que suspendeu os atos que levaram à perda do mandato do ex-vereador por Cuiabá Abílio Júnior e, consequentemente, o reconduziram ao cargo. Abílio foi cassado pela Câmara de Vereadores de Cuiabá por quebra de decoro parlamentar.

Logo após a cassação, Abílio ingressou com uma ação na Justiça contra os atos administrativos adotados pela Câmara e pelo seu suplente, à época, Oséas Machado.

Na ação, Abílio desistiu de sua atuação e se voltou para a Saúde Pública e que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Saúde, da qual foi presidente, apresentou um relatório que teria sido usado para desencadear a Operação Sangria.

Abílio cita que seu então suplente apresentou uma representação por quebra de decoro parlamentar "por abuso das prerrogativas asseguradas ao vereador", documento que foi acatado pela Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, que apresentou parecer pela cassação de Abílio, entendimento que foi seguido por maioria dos vereadores.

Para o ex-vereador, a decisão não seguiu

os ritos corretos e, por isso, solicitou a nulidade na Justiça que atendeu ao pedido e o reconduziu ao cargo dois meses após a cassação.

Porém, em sentença publicada nesta semana, o juiz Gerardo Humberto Alves Silva Júnior cita que a Constituição Federal estabelece que os Poderes são independentes e, por isso, não cabia interferência do Judiciário em um julgamento político do Poder Legislativo.

"Considerando que o art. 2º da Constituição Federal estabelece que são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, elemento esse que afasta a possibilidade de ingerência do Poder Judiciário em questões eminentemente políticas. Assim, a discussão interna corporis e o jogo de poder entre o Legislativo e o Executivo é matéria em relação

ao qual resta ausente a justiciabilidade da questão pelo Judiciário", diz trecho da decisão.

Abílio ainda pode recorrer dessa decisão às instâncias superiores. Caso a cassação seja mantida, Abílio pode ficar inelegível por oito anos. A decisão também pode respingar em seu projeto político para esse ano, pois o ex-vereador foi lançado como pré-candidato a deputado federal pelo PL.

DEPENDENTES PCD

Decreto libera teletrabalho para servidores estaduais

Da redação

O governo do Estado publicou no Diário Oficial de terça-feira (21) o decreto nº 1.413/22, que regulamenta a modalidade de teletrabalho para servidores que tenham filho, cônjuge ou ascendente de primeiro grau com deficiência e que lhes sejam dependentes.

Conforme a publicação, o trabalho de forma remota tem prazo de um ano, sendo permitida a renovação do período. O servidor pode optar por uma das duas formas de teletrabalho autorizadas: o modelo híbrido, que prevê atividade presencial em dois dias na semana ou por quatro horas diárias, com o restante da carga horária executada de forma remota; ou integral, cumprindo toda a sua jornada de trabalho de forma remota, tendo que comparecer ao órgão para atividade presencial apenas em dois dias por mês.

Para tanto, é necessário o cumprimento de alguns requisitos, sendo eles: a comprovação da elegibilidade para o trabalho remoto, atestada pela perícia médica do Governo do Estado; a autorização da autoridade máxima do órgão ou entidade publicada no Diário Oficial; e a formalização do termo de adesão e apresentação do plano de trabalho individual.

"Sabemos que os servidores nessa situação precisam de um tratamento diferenciado para que possam cumprir sua jornada e, ao mesmo tempo, zelar pela saúde e qualidade de vida de filhos ou dependentes com alguma deficiência, e esse decreto vem para trazer esse benefício", afirmou o secretário-chefe da Casa Civil, Rogério Gallo.

Ainda de acordo com o decreto, os servidores que tenham filho, cônjuge ou ascendente em primeiro grau com deficiência e que sejam dependentes também

terão direito à redução de 25% da produtividade exigida aos demais servidores que desempenham atividades presenciais.

O decreto dispõe que o servidor elegível poderá ser desligado do teletrabalho ou ter o direito suspenso nos seguintes casos: se dependente passar a frequentar uma unidade de ensino em tempo integral; se o dependente estiver sob cuidados de um abrigo ou moradia de terceiros; se o dependente estiver em uma unidade hospitalar que não permita o acompanhamento integral; e em qualquer outra situação em que o servidor deixe de prestar os cuidados ao dependente.

As únicas vedações ao teletrabalho ocorrerem nos casos em que não seja possível aplicar métodos objetivos de mensuração da produtividade da atividade e do servidor; e para quem atua em cargos que exijam a presença física do servidor.

ELEIÇÕES 2022

Neri Geller nega recuo: "projeto está consolidado"

Da redação

O deputado federal Neri Geller (PP) negou qualquer possibilidade de desistir de sua pré-candidatura ao Senado Federal nas eleições deste ano. Ele afirmou que seu projeto já está consolidado e já tem apoio de vários políticos para ser colocado em prática.

Nesta semana surgiram informações de que o progressista estaria pensando em desistir de seu projeto por estar encontrando dificuldade para ter apoio do grupo do governador Mauro Mendes (União) e, com isso, estaria cogitando "mudar o barco", para disputar uma cadeira na Assembleia Legislativa ou a reeleição para seu cargo atual.

"Estou num grupo consolidado, com apoio de mais de cento e pouco prefeitos, com vereadores. O nosso projeto ao Senado está mais consolidado do que se imagina. As pessoas que estão plantando essas

matérias podem ficar à vontade, pra mim isso é indiferente. Enquanto isso estou na base trabalhando com a população para que a gente possa caminhar num sentido muito forte com propostas consistentes", disse Geller, em entrevista à rádio Jovem Pan.

Geller lançou sua pré-candidatura ao Senado em março, com apoio do PP, PSD, PSB e MDB. Desde então, perdeu em seu arco de aliança o PSB, que agora projeta uma possível candidatura da médica Natasha Shlessarenko para o mesmo cargo.

Ele ainda "disputa" com o senador Wellington Fagundes (PL) o apoio do governador Mauro Mendes (União). Nos bastidores, comenta-se sobre a aproximação do governador com Fagundes, principalmente após o presidente Jair Bolsonaro (PL) sinalizar um apoio à possível reeleição de Mendes ao governo.

Em resposta a essas articulações, Neri disse que seu projeto político independe do apoio do governador. Apesar disso, ele deixou claro que espera um reconhecimento de sua ajuda durante a eleição de 2018, além do apoio que prestou à gestão de Mauro durante seu mandato como deputado federal.

O progressista ainda comentou que quando o governador tomar uma decisão sobre o apoio ao Senado, deverá anunciar primeiro para os postulantes, e não pela imprensa, por questão de respeito.

"Não acredito que o governador iria anunciar uma decisão dessas por meio de notas plantadas na imprensa. Tenho uma relação de respeito e companheirismo com o Mauro, e tenho certeza que se ele tivesse tomado alguma decisão sobre a chapa majoritária, com o nosso nome ou de outra pessoa, eu seria comunicado por ele pessoalmente", disse.

cuiaba.mt.gov.br

CUIABÁ SEGUE EM FRENTE NA EDUCAÇÃO






A PREFEITURA DE CUIABÁ ESTÁ FAZENDO AÇÕES QUE JÁ MUDARAM A VIDA DE MUITOS ESTUDANTES.

Foram entregues pelo 4º ano seguido milhares de kits de uniformes com roupa e tênis, além de material escolar com tudo novinho para alunos da rede municipal. Isso é inovar e fazer a diferença. E as melhorias continuam seguindo em frente, com mudanças que beneficiam você também. Tem muito ainda para acontecer. É o avanço de uma gestão que cuida da gente, pra Cuiabá seguir em frente.



Imagine

 [cuiabaprefeitura](https://www.instagram.com/cuiabaprefeitura)
 [/prefeituracba](https://www.facebook.com/prefeituracba)
 [/cuiabasecom](https://www.youtube.com/cuiabasecom)



CUIABÁ
PRA FRENTE,
CUIDANDO
DA GENTE.

VLT X BRT

Emanuel convoca entidades nacionais do setor de transporte para debater
prós e contras dos modais e convida o governador para defender o BRT

Cuiabá terá debate sobre modais

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

O Município de Cuiabá vai debater as vantagens e desvantagens do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e também do Ônibus de Trânsito Rápido (BRT, sigla em inglês) no dia 7 de julho, na Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM). O anúncio foi feito pelo prefeito da capital, Emanuel Pinheiro (MDB).

Emanuel também afirmou que a conferência terá participação do presidente da

Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho (União Brasil), que vai defender o VLT. Emanuel também convidou o governador Mauro Mendes (UB) a participar do evento para defender o BRT e que o evento será respeitoso, sem vaias e indisciplinas.

“Não vai ter indiscipliplina, vai ser coisa organizada, coisa de gente adulta, gente séria, gente que tem compromisso com Cuiabá. Não vamos aceitar palhaçada nem agressão contra ninguém, nem quem defende VLT, nem quem defende BRT. É respeitar a posição de cada um. Vai ser uma grande conferência técnica”, disse o gestor.

Emanuel afirmou que diversas entidades e empresas vão participar do debate, como a Associação Brasileira



Ávido defensor do VLT, Emanuel garante que debate será pautado pela técnica, sem paixões nem desrespeito

de Indústria Ferroviária (Abife), da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Metrô (AE-AMESP), assim como outras entidades que ainda não confirmaram presença. O evento ocorre um dia antes de uma visita de deputados federais à obra do VLT.

Caso o governador escolha não ir no debate, Emanuel pediu que o governador escale um de seus técnicos para defender o BRT. “Eu gostaria muito que ele [Mauro] fosse, mas se não puder ir, mande a imprensa, mande seus técnicos. Vamos dar o mesmo espaço que o VTL vai ter para ser defendido”, afirmou Emanuel.

NOVELA SEM FIM – A novela do VLT se estende desde 2014, quando o modal deveria ter sido entregue.

O projeto já consumiu mais de R\$ 1 bilhão dos cofres públicos, já foi alvo de operação e teve o contrato rescindido em 2017. Após estudo, o governo decidiu mudar o modal e em abril divulgou a empresa vencedora do certame que será responsável pela realização das obras do BRT, no valor de R\$ 468 milhões.

No entanto, o Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu suspender todos os procedimentos administrativos relativos à troca do VLT pelo BRT.

INSPEÇÕES – As comissões de Viação e Transportes e de Obras Paralisadas e Inacabadas da Câmara Federal realizarão no neste mês visitas técnicas às obras do modal. O objetivo é contribuir para o fim do imbróglio instalado na região metropolitana.

POLÊMICA NA CAPITAL

Taxa de coleta de lixo é obrigatória, diz AMM

Da redação

O presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Neurilan Fraga, destacou que os prefeitos poderão ser penalizados caso não realizem a cobrança da taxa de lixo. A discussão sobre o tema ganhou destaque após o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), ter encaminhado um projeto de lei em que pede autorização do Legislativo para realizar a cobrança.

Fraga destaca que a medida está prevista na Lei Federal nº 14.026/2020, que atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico. Por isso, se o gestor não realizar a cobrança, também estará descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo o presidente da AMM, cerca de 70% das cidades de Mato Grosso já começaram a cobrar dos munícipes. Os

demais prefeitos precisam aderir à nova regra até o final de 2022.

“Nós encaminhamos a minuta do projeto de lei aos municípios, a maior parte das prefeituras encaminharam para as Câmaras de Vereadores. Muitas delas aprovaram, outras não aprovaram por questão política, mas está no Marco Regulatório que o prefeito precisa encaminhar à Câmara, que tem que analisar, discutir, debater e aprovar. Caso contrário, o gestor vai ser penalizado porque é improbidade administrativa”, disse, em entrevista ao Estadão Mato Grosso.

Neurilan ainda criticou os vereadores que estão utilizando a discussão sobre o tema para palanque político. Ele disse que os parlamentares têm que entender que a medida não é ‘porque os prefeitos querem’, mas sim o cumprimento

de lei federal aprovada pelo Congresso.

“Eu admiro que a Câmara de Vereadores, por questão meramente política ou de oportunismo político, crie situações que estou vendo aí. São duas leis federais. Tem critério. Cabe à Câmara de Cuiabá buscar as leis que têm as determinações, analisar os critérios, ajustar o projeto e discutir com o Executivo, com a sociedade e comunidades”, disse.

“Por que a Câmara de Vereadores não quer que o prefeito cumpra duas leis federais? Os próximos vereadores criam leis para o prefeito cumprir, aprovam leis para o prefeito cumprir. Agora, alguns vereadores precisam sair desse oportunismo político e dessa paixão política e trabalhar [...] Cobrar do Executivo o cumprimento da lei. Não pode fazer palanque político em cima

de uma obrigação que os gestores municipais têm que fazer, aproveitando o momento político, a eleição”, completou.

DISCUSSÃO NA CAPI-TAL – O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, encaminhou na última semana um novo projeto de lei que visa cobrar a taxa de coleta de lixo. Ele já havia enviado uma proposta semelhante em dezembro do ano passado, mas foi barrada pelos vereadores.

Ao apresentar a nova proposta, o emedebista criticou os parlamentares e disse que a decisão impediu que 35 mil famílias tivessem direito à isenção na cobrança da taxa de coleta de lixo.

De acordo com a nova propositura, o novo tributo será cobrado por meio da fatura de água. Ficarão isentos os imóveis onde o consumo mensal de água ultrapasse 10 m³.



Neurilan aponta que prefeitos poderão incorrer em improbidade administrativa se não criarem a ‘taxa de coleta de lixo’

EM CINCO MESES

80% dos óbitos por covid-19 em MT são de pessoas não vacinadas

Da redação

O aumento do número de casos por covid-19 em Mato Grosso trouxe preocupação nas últimas semanas, principalmente com o registro de mortes voltando a ser diário. Apesar disso, os casos fatais não acompanham o mesmo crescimento verificado nos casos confirmados. O controle sobre isso se dá graças à campanha de vacinação, que inibe casos mais graves da doença. Nos cinco primeiros meses do ano, 80% das mortes foram de pacientes sem vacinação, ou com o esquema vacinal incompleto. A informação é da Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT).

Uma pesquisa do Instituto Butantan divulgada em março deste ano apontou que idosos não vacinados morreram

quase três vezes mais que os imunizados.

Já entre os mais jovens, com menos de 60 anos, o número de mortes de pessoas não imunizadas foi 83 vezes maior que nas vacinadas.

Esses dados reforçam a importância da continuidade da imunização. Dados do Consórcio de Veículos de Imprensa apontam que mais de 26% da população está com o esquema vacinal completo em Mato Grosso, ou seja, com as duas doses mais o reforço.

ÓBITOS – O mês de fevereiro foi o com maior número de mortes no estado. Ao todo, 402 pessoas perderam a vida para o novo coronavírus em Mato Grosso.

A segunda colocação é ocupada pelo mês de janeiro, que totalizou 249 mortes. O período marcou o início da terceira

onda da pandemia em território nacional, potencializada pelas festividades de fim de ano.

INTERNACIONES – Já com relação as interna-

ções em Mato Grosso, segundo dados do Painel Covid-19, a idade média entre os pacientes entre maio e junho é de mais de 50 anos.

Nesta terça-feira, 21 de junho, dos 80 leitos de UTIs disponíveis no estado, 56 estavam ocupados, 40 na rede pública de saúde e 24 na rede

privada. A taxa de ocupação chegou a 68,92% é a mais alta nos últimos dias.

Os leitos estão distribuídos em 5 hospitais: Hospital Estadual Louzite Ferreira da Silva, o Metropolitano, Hospital Regional Hilda Strenger Ribeiro, Hospital Regional Dr. Antonio Fontes e Hospital e Maternidade São Lucas.

Quanto aos leitos de enfermagem, Mato Grosso tem 489, dos quais 106 estão ocupados, sendo 57 internados em leitos da rede pública e os outros 49 pacientes em leitos particulares.

REGISTRO DE ÓBITOS

| Mês | Nº de mortes |
|---------------|--------------|
| Janeiro | 249 |
| Fevereiro | 402 |
| Março | 161 |
| Abril | 29 |
| Maio | 18 |
| Total: | 859 |



Em cinco meses, 859 pessoas morreram em decorrência da covid-19 em Mato Grosso

ENFIM, UM ALÍVIO

Nas últimas semanas, valor da cesta tem oscilado na casa dos R\$ 700, fortemente influenciada pelas intempéries climáticas e a guerra na Ucrânia

Preço da cesta básica recua em MT

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

A cesta básica voltou a custar menos de R\$ 700 em Mato Grosso, conforme o último levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa da Fecomércio (IPF-MT), divulgado na quinta-feira (23). O valor da cesta, composta por 13 alimentos suficientes para alimentar uma família de 3 a 4 pessoas, apresentou uma redução de R\$ 4,39, chegando a R\$ 695,63.

Nas últimas semanas, o valor da cesta tem oscilado na casa dos R\$ 700, mas chegou a alcançar R\$ 744,34, fortemente influenciada pela guerra no Leste Europeu, que tirou o trigo da Ucrânia do mercado mundial, além de disparar o pre-

ço do petróleo, encarecendo as cadeias produtivas. Os dois países também têm relevância no fornecimento de fertilizantes, o que afeta os custos para produção de alimentos.

Laysa Avalos, assistente de pesquisa do IPF-MT, destaca que a queda registrada nessa semana foi puxada pelos preços do tomate e batata, com quedas de 14,92% e 13,72%, respectivamente. Esses alimentos contaram com uma boa safra em função do clima, favorável para os produtores, pontua Laysa. Já os vilões foram a banana (alta de 9,42%), além do leite e da manteiga.

“A gente ainda tem o leite com um custo de produção alto. Com o aumento do leite, também teve um acréscimo da manteiga, são dois itens que estão ligados e que também são ingredientes para muitas receitas”, pontua Laysa, em entrevista ao Estadão Mato Grosso.

O leite teve um aumento de 4,56% e a manteiga subiu 4,45%. Nas gondolas dos mer-



Batata e tomate foram os principais responsáveis pela redução no preço da cesta básica durante a última semana

cados, o litro do leite já passa de R\$ 6 na embalagem longa vida.

Laysa também afirma que a farinha de trigo segue com preços elevados, já que o Brasil depende da importação

do produto e dois dos principais fornecedores mundiais de trigo estão fora do mercado devido à guerra. Além disso, outro grande produtor, a Índia, teve queda na produção em razão de

intempéries naturais, aumentando a demanda além da oferta.

“Ela continua com essa alta, o açúcar também teve algumas variações, justamente pela questão do ‘trade

off’ entre o produto e o etanol. Então, a tendência dele é aumentar de preço”, afirma.

Laysa acredita que a cesta básica deve continuar oscilando próximo dos R\$ 700 nas próximas semanas. Entretanto, ressalta que isso também depende dos preços de combustíveis e de fatores políticos.

Igor Cunha, diretor do IPF-MT, assinala que o cenário econômico do país e o impacto do clima nas lavouras têm influenciado diretamente nos preços dos alimentos da cesta básica nas últimas semanas. Segundo ele, 23% dos principais alimentos que vão à mesa dos brasileiros apresentaram queda nos preços.

“Esta semana constatamos uma queda considerável de quase R\$ 5, depois de duas semanas passando a casa dos R\$ 700. Porém, esperamos que nas próximas semanas, ocorra um novo aumento devido à crescente inflação e o retorno do reajuste da gasolina”, assevera Igor Cunha.

PESQUISA REVELA

82% dos domicílios brasileiros tem acesso à internet

Alex Rodrigues - ABR

A proporção de domicílios brasileiros com acesso à internet cresceu entre 2019 e 2021. Segundo a pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios brasileiros (TIC Domicílios) 2021, divulgada na terça-feira (21), pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), na média, o percentual de residências aptas a acessar a rede mundial de computadores subiu de 71% para 82% no período de dois anos. Apesar disso, o país ainda contabiliza 35,5 milhões de pessoas sem acesso à

internet e o número de domicílios das classes B, C e D/E com computadores caiu no mesmo período.

A variação positiva foi mais significativa entre os domicílios de áreas rurais, segmento que evoluiu de 51%, em 2019, para 71%, em 2021. Entre as residências de áreas urbanas, a proporção foi de 75% para 83% no mesmo período.

“Esta proporção aumentou significativamente entre os domicílios das áreas urbanas em relação à situação pré-pandemia, mas a grande variação ocorreu na área rural, onde foi observado um crescimento de 20 pontos percentuais entre 2019

e 2021”, destacou o coordenador da pesquisa, Fábio Storino.

Segundo Storino, o resultado dos dados coletados presencialmente entre outubro de 2021 e março de 2022 devem ser comparados aos de 2019, e não aos de 2020, quando, devido à pandemia, o Cetic.br teve que adaptar o método de coleta, entrevistando um número menor de participantes ouvidos exclusivamente por telefone – o que aumentou a margem de erro em comparação aos levantamentos de outros anos.

Quanto à qualidade do serviço, a pesquisa TIC Domicílios identificou que tanto na área

urbana (64%) quanto na rural (39%), a maioria das residências está conectada à rede por meio de fibra óptica ou cabo. Em seguida vem a rede móvel, à qual 20% dos domicílios de áreas rurais e 17% dos das zonas urbanas estão interligados. Praticamente 99% dos usuários acessam a internet por meio de aparelhos celulares, enquanto 50%, ou 74,5 milhões de habitantes do país, utilizam a televisão, que já ultrapassa os computadores (36%).

Enquanto 100% dos domicílios da classe A possuem acesso à internet, apenas 61% dos das classes D/E dispõem do serviço. A proporção entre as residências da

classe B chega a 98%, e os de classe C, a 89%.

“Olhando a evolução [do acesso] por classe [social], há uma estabilidade em patamares elevados entre as classes mais altas [A e B], uma tendência de aumento na classe C e um aumento mais pronunciado entre as classes D/E”, destacou Storino, apontando o crescimento de 11 pontos percentuais entre os mais pobres, entre 2019 e 2021.

“A diferença entre a conectividade nos domicílios de classe A e os de classe D/E, que era de 83 pontos percentuais em 2015, caiu para 39% em 2021. Ou seja, embora as diferenças [sociais] persistam e ainda sejam

significativas, ela vem se reduzindo ao longo do tempo”.

Ainda que menores, as diferenças também se fazem sentir em termos regionais. No Sudeste (84%), no Sul (83%) e no Centro-Oeste (83%), as proporções de domicílios com acesso à internet superam a casa dos 80%, enquanto no Norte esse percentual é de 79% e, no Nordeste, 77%. Em comparação a 2019, a conectividade aumentou em todas as cinco regiões. No espaço de dois anos, este indicador variou 13% no Centro-Oeste; 12% no Nordeste; 10% no Sul; 9% no Sudeste e 7% no Norte do país.

COXIPÓ DO OURO

Pavimentação e asfalto deve chegar à Ponte de Ferro este ano

Robson Fraga

A Unidas Construtora Ltda será a responsável pela pavimentação e asfaltamento de 4,12 km da rodovia MT-030, no trecho que vai do perímetro urbano de Cuiabá até a Ponte de Ferro em direção ao distrito de Coxipó do Ouro.

A empresa disputou a licitação contra três concorrentes e venceu o pregão realizado na segunda-feira (20), na sede da Secretaria de Estado de Infraestrutura. O valor da obra será de R\$ 4,9 milhões, cerca de 2% a menos do estimado pela Sinfra: R\$ 5,5 milhões.

Os recursos para obra são de emenda aditiva ao projeto de lei nº 913/2020 (Projeto de

Lei Orçamentária Anual 2021) proposta pelo deputado estadual Wilson Santos (PSD), no valor de R\$ 5 milhões, através da Ação 5148, para “pavimentação de rodovias de acesso às sedes municipais, no Programa 338 - Infraestrutura e Logística, na Fonte 100, na Região 600”.

“A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2021), Lei Orçamentária Anual 2021, visa melhorar o tráfego da MT-402 que liga Cuiabá ao Distrito do Coxipó do Ouro (rodovia Coxipônês) compreendendo 16 km e manter a infraestrutura e a logística do Estado, dando apoio para melhorar o desenvolvimento ur-

bano”, diz justificativa da emenda.

“Este é o primeiro trecho da obra (4,2 km), do bairro Dr. Fábio até a Ponte de Ferro. Vamos continuar cobrando para que a segunda etapa, da Ponte de Ferro até a Vila do Coxipó do Ouro, seja licitada pelo Governo em breve”, disse o deputado Wilson Santos.

“A ordem de serviço para pavimentação desta primeira etapa deve ser dada nos próximos 45 dias. Se assim for, a obra deve ser concluída até dezembro deste ano”, concluiu o deputado.

A licitação acontece no dia 20 de junho, a partir das 9h, na sala de licitações da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra).

Box de vidro em diversas cores e modelos

PEÇA UM ORÇAMENTO!
 (65) 3642-3344
 (65) 9 9299-9226

CASA DOS VIDROS
www.casadosvidros.com.br

MARCHA LENTA

Empresários de MT reclamam que chegam a esperar 10 dias para liberação de produtos importados; servidores alegam que falta efetivo

Lentidão da Receita causa prejuízos

Divulgação/Receita Federal

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

A morosidade dos servidores da Receita Federal, em Mato Grosso, tem feito com que empresários importadores de mercadorias amarguem prejuízos em suas operações. O prejuízo chega a R\$ 15 mil por operação, já que a demora dos servidores para liberar mercadorias força os empresários a pagarem por mais tempo de armazenagem nos portos de importação e exportação.

A informação foi revelada pelo economista Vitor Galessio e confirmada pela reportagem do Estadão Mato Grosso com alguns empresários, que só falaram sob condição de anonimato. Essa morosidade é uma resposta à negativa do governo federal em promover reajustes nos salários dos servidores.

Já o sindicato que representa a categoria alega que há poucos servidores para atender a demanda e garantir o cumprimento total da legislação. Veja o posicionamento da categoria ao final da matéria.

Vitor lembra que o presidente Jair Bolsonaro (PL) havia feito uma promessa de reajuste salarial para diversas categorias de servidores públicos federais. Porém, devido à dificuldade financeira, algumas categorias foram priorizadas em detrimento de outras.

“Como o movimento grevista é algo que não cabe nesse momento de pós-pandemia - a gente sabe que é muito antipático da parte das entidades, dos órgãos públicos, que têm o salário tão alto, fazerem uma greve e paralisar. Está havendo um movimento, não é de paralisação, mas sim de redução da estrutura de trabalho”, afirma Galessio.

De acordo com o economista, os processos de liberação de cargas estão ocorrendo apenas uma vez na semana. Por exemplo: uma carga que chega ao porto em um sábado, só vai ter seu processo de liberação na sexta-feira seguinte, ou na quarta-feira da semana seguinte, uma demora que pode chegar 10 dias. Durante este período, o empresário precisa arcar com os custos de armazenagem.

Além do aumento do custo operacional, o

empresário que precisa industrializar a matéria-prima acaba atrasando todos os seus processos e, por consequência, demora na entrega dos produtos, que acabam chegando com valores mais altos ao consumidor final.

“Ele [empresário] não tem muito nem o que fazer. Ele é obrigado, fundamentalmente, a repassar isso, transformando a operação num verdadeiro desastre, em termos de custo”, pontua Vitor.

Como possível solução, Vitor defende que os envolvidos nesse processo sentem à mesa para negociar e encontrar um denominador comum, o que ajuda a evitar prejuízos ainda maiores para o setor produtivo e a população, já bastante castigada pela inflação.

“É preciso entender que esse método onde o governo erra e a iniciativa privada, exclusivamente, paga a conta, é muito ruim. É preciso que o país, tanto em nível de entidades, sindicatos, como o próprio governo, tenha uma noção um pouco mais clara sobre a responsabilidade que eles têm mediante a produção”, conclui.

EQUIPE PEQUENA - A reportagem também procurou a Delegacia Sindical do Sindifisco Nacional de Mato Grosso, que destacou há necessidade de cumprimento total da legislação aduaneira, para garantir que não haja entrada de drogas, contrabando, contrafação, armas e quaisquer mercadorias que possam colocar em risco a segurança nacional.

Eles reclamam que a equipe é pequena para o tamanho da demanda e os servidores precisam priorizar mercadorias sensíveis, como cargas vivas, perigosas, perecíveis, medicamentos, insumos hospitalares ou de interesse sanitário, assim como outras cargas prioritárias, estabelecidas na legislação em vigor.

“Dessa forma, a citada operação, buscando o cumprimento integral da legislação aplicável, inevitavelmente acaba por aumentar o prazo de verificação e liberação das mercadorias, especialmente devido à grande desproporção existente entre o pequeno número de servidores do órgão (sem concurso há mais de 7 anos) e o grande número de demandas do órgão”, diz.

Segundo o Sindifisco, há apenas três servidores na Aduana de Cuiabá, para atendimento e orientação de contribuintes, análise de demandas processuais de comércio exterior de

peças físicas e jurídicas dos 141 municípios de Mato Grosso.

Além disso, os servidores também são responsáveis pelo controle aduaneiro da Delegacia da Receita Federal de Cuiabá, Porto Seco de Cuiabá e do Terminal de Cargas do Aeroporto Marechal Rondon.

“Ficam ainda mais sobrecarregados no desempenho de suas atividades devido ao cumprimento das determinações sindicais vigentes (operação risco zero), sob pena de sofrerem representações administrativas por parte do sindicato, conforme o caso, se não observada integralmente a legislação aduaneira nas atividades exercidas”, conclui.

A reportagem também tentou entrar em contato com a Delegacia da Receita Federal de Cuiabá, mas não obteve êxito.



Servidores reclamam que efetivo é pequeno para atender toda a demanda no desembaraço de mercadorias

ITAIPAVA
100% MALTE
APRESENTA

54ª
EXPOAGRO

@curtaexpoagrooficial fb.com/CurtaExpoagro www.curtaexpoagrooficial.com

04 A 09
DE JULHO

PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE CUIABÁ

| | | |
|------------------------|------------------------|----------------------------------|
| ABERTURA RODEIO | QUI. 07 / JULHO | SEX. 08 / JULHO |
| | ZÉ FELIPE | DILSINHO + SORRISO MAROTO |
| | | SÁB. 09 / JULHO |
| | | HENRIQUE & JULIANO |

ADQUIRA SEU INGRESSO [ingressos.musiva.com.br](https://www.ingressos.musiva.com.br)

PUBLICIDADE LEGAL

ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.

(65) 99228-9990

ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS
• CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...